

O duro combate pelo ajuste fiscal

Quando o governo faz valer a sua força política, mobilizando com competência as forças aliadas, consegue fazer passar pelo Congresso as proposições que julga indispensáveis para levar a cabo o ajuste fiscal. Prova disso foi a aprovação anteontem pelo Senado, em primeiro turno, pela confortável maioria de 61 votos a 12, do projeto de emenda constitucional prorrogando a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) por três anos e elevando a sua alíquota para 0,38% no primeiro ano e 0,30% nos dois seguintes.

É praticamente certa a aprovação da CPMF pelo Senado em segundo turno, prevista para o próximo dia 19, dentro do período de convocação extraordinária do Congresso, que vai até 29 de janeiro. Mas a emenda tem ainda um longo caminho a percorrer. Indo para a Câmara dos Deputados antes do fim do mês, fica para análise pela próxima legislatura, que começa em 1º de fevereiro, mas só começa a funcionar efetivamente a partir do dia 15, depois de escolhida a mesa que presidirá os trabalhos. Terá, então, a emenda de passar pelas comissões antes de ir ao plenário, não se esperando que a votação final ocorra antes do fim de março. Se aprovada, a nova CPMF só deverá entrar em vigor decorridos 90 dias, ou seja, no fim de junho.

Isso evidencia claramente a imprevidência do governo, que poderia ter proposto a emenda muito antes para não haver solução de continuidade em sua cobrança, que cessa no próximo dia 22. Pior do

que isso: os fatos mostram a desordenação e imprevisibilidade do sistema tributário brasileiro, que continua a ser operado na base da improvisação.

Com o hiato na cobrança da CPMF, o governo preparou às pressas um "pacotinho" natalino, aumentando a carga tributária, principalmente sobre as empresas, para compensar a falta até junho/julho dos recursos que deveria arrecadar através daquele tributo.

O ajuste avança no Congresso, mas o desafio está no corte de gastos na União e nos estados

As autoridades prometeram, verbalmente, eliminar esses sucedâneos tributários quando a nova CPMF for finalmente aprovada. Mas não são poucos os que temem que o "pacotinho" permaneça se houver necessidade, e não é preciso lembrar o quanto o leão é voraz.

O que se espera é que, nesse meio-tempo, a reforma tributária avance, de modo a dar ao sistema tributário nacional a eqüidade, a organicidade e a eficiência de que ele tanto se ressentir. O atual governo comprometeu-se solememente a acabar com a prática de pacotes, de efeitos políticos terríveis nos tempos do autoritarismo, e de consequências econômicas sempre traumáticas desde que o País reconquistou o regime democrático.

Se não pôde ou não se preparou para evitar os pacotes econômicos, o governo tem em 1999 uma nova oportunidade de fazê-lo, transformando a re-

forma tributária em uma de suas prioridades reais, de modo a livrar as empresas e os cidadãos de sustos periódicos que prejudicam irremediavelmente qualquer planejamento.

Sob um ponto de vista pragmático, força é reconhecer que, na ausência da CPMF, o governo foi buscar receitas para prevenir uma falha que prejudique o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O tapa-buraco é de grande utilidade para as contas públicas, mas os principais desafios estão na necessidade de cortes de gastos e de cumprimento pelos estados dos compromissos assumidos ao renegociar suas dívidas com a União.

Se problemas há, o ajuste fiscal vai avançando no âmbito do Congresso, e isso representa um bom sinal para os investidores estrangeiros. Se o País puder cumprir ou aproximar-se da meta fiscal no período que vai de 15 de dezembro a 15 de março, quando o FMI fará a sua primeira avaliação da economia brasileira, a posição cambial do País deverá melhorar sensivelmente. O Brasil poderá receber os recursos da segunda tranche da "Supplemental Reserve Facility" (SRF) do Fundo e o ambiente para captações externas, que já apresenta alguma melhora, pode tornar-se mais favorável.

A atividade econômica interna pode, então, ter uma recuperação em bases mais sólidas, esperando-se que o Banco Central (BC) seja encorajado a baixar os juros de forma apreciável, como a sociedade reclama. ■